



**Ministério da Educação
Universidade Federal de Roraima
Instituto de Ciências Jurídicas
Direito Processual Constitucional**



OLGA BENARIO, O MOVIMENTO TENENTISTA E A COLUNA PRESTES¹

Hermínio de Albuquerque Damasceno²

Marinalva Rodrigues Lima³

Coordenador e orientador: Prof. Dr. Edival Braga⁴

Artigo acadêmico escrito com finalidade de avaliação na Disciplina de Direito Processual Constitucional, ministrada pelo Professor Dr. Edival Braga.

Sumário: 1. Introdução; 2. Momento Histórico; 3. Movimento Tenentista; 4. Coluna Prestes; 5. Olga Benario Prestes; 6. Revolução; 7. Teoria Geral do Estado; 8. Do Direito Constitucional; 9. Como casos semelhantes foram tratados; 10. Constituições dos países estudados; 11. Crítica; 12. Considerações finais; 13. Referências Bibliográficas.

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar o livro "Olga", o movimento tenentista e a Coluna Prestes. Analisar essa questão sob a ótica da Teoria Geral do Estado, do Direito Constitucional e do momento histórico, e examinar como casos semelhantes foram tratados pelas constituições dos países estudados. Ponto de partida: livro "Olga", de autoria de Fernando Morais, bem como a respectiva obra.

Palavras-chave: Movimento; Político; Militar; Revolução; Constitucional.

Abstract: This article aims to analyze the book Olga, the tenentista movement and the Prestes column. To analyze this question from the point of view of the General Theory of State, Constitutional Law and the historical moment and analyze how similar cases were treated by the constitutions of the countries studied. Starting point: Olga's book by Fernando Morais, as well as the respective work.

Keywords: Movement; Political; Military; Revolution; Constitutional.

¹ O artigo passou por uma revisão gramatical realizada pelo ChatGPT em 2025, revisão somente gramatical, de modo que foi mantida a originalidade do conteúdo do artigo

² Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Federal de Roraima, herminio.damasceno@gmail.com.br

³ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Federal de Roraima, marinalvarr@bol.com.br

⁴ Professor de Direito Processual Constitucional da Universidade Federal de Roraima- UFRR

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo acadêmico faz um estudo de caso partindo do livro "Olga", de Fernando Morais, do movimento tenentista e da Coluna Prestes. Olga, comunista, foi companheira de Luís Carlos Prestes e acabou assassinada nos campos nazistas. Nos últimos anos, poucas obras alcançaram no Brasil sucesso tão estrondoso quanto o de Olga Benário Prestes. O autor revelou-se também um pesquisador competente e escritor dotado de sensibilidade e de talento. Com simplicidade, sabedoria e grandeza, ele soube recriar um caso profundamente humano de nossa época. Entre, de um lado, a guerra desencadeada pelo nazismo e, de outro, a miséria de uma ditadura latino-americana com seus crimes, delineou-se a figura de uma mulher que se solidarizou com os ideais da Revolução Russa para colaborar com a revolução comunista no Brasil.

De início, no decorrer dos anos 1920, diversas rebeliões militares pontuaram nossa história, estando na origem o Tenentismo e a Coluna Prestes. Ao final da década, a formação da Aliança Liberal culminaria no golpe de estado de 1930, que marcou o fim da Primeira República ou República Velha. O movimento armado de 1930 pôs fim à política do café com leite, que alternava os presidentes entre São Paulo e Minas Gerais. Aquele foi um período rico em acontecimentos que teriam repercussões definitivas em nossa história, embora o fato de se legislar profusamente não lhe tirasse o caráter de golpe. As pessoas comuns começavam a pensar o Brasil, a buscar meios para conhecer e integrar este imenso país.

Além disso, o artigo mostra como a revolução comunista fracassou após ter deflagrado o movimento com a Intentona Comunista, ocorrida em novembro de 1935 no Rio Grande do Norte, onde foi esmagada pelo governo.

Contudo, este artigo procura mostrar como a revolução comunista foi tratada pela Constituição brasileira, assim como o caso de um levante socialista ocorrido no Chile em 1931 foi tratado pela Constituição deste país, sob a perspectiva da Teoria Geral do Estado (Estado Democrático de Direito) e dos vieses capitalista e comunista.

2. MOMENTO HISTÓRICO

Pela primeira vez, a discussão política ganhou amplitude nacional, unificando-se: as Caravanas Liberais percorreram o país, fazendo comícios em que pregavam a modernização política, através da adoção do voto secreto. Em nosso Estado, foram realizados comícios em Natal, na época o centro administrativo do Estado, e em Mossoró, que concentrava um operariado expressivo na indústria do sal. Foi um daqueles momentos em que se discutia muito, tudo era posto em questão, na busca de rumos para o Brasil. As discussões, que pela primeira vez incluíam amplos setores da sociedade, eram polarizadas pela disputa ideológica – que se estendia a combates de rua – entre comunistas de um lado e integralistas de outro.

A participação política deixa de ser prerrogativa dos grandes grupos proprietários e começa a ser exercida também por setores médios urbanos emergentes e trabalhadores. Até então, esses personagens estavam à margem do processo político. O Movimento de 1930 teve apoio dos trabalhadores organizados e de setores médios da população, rompendo a hegemonia da representação política da oligarquia cafeeira paulista. A união de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, em oposição à política

vigente, agrupou segmentos diversos da sociedade na crítica aos vícios do processo eleitoral.

Os trabalhadores urbanos, desde a virada do século, buscavam, sem sucesso, através do movimento operário e sindical, conquistas relativas ao mundo do trabalho – regulamentação de jornadas, melhorias salariais e nas condições de trabalho. Entre as oligarquias, divergências de ordem econômica ou política produziam dissidências, fissuras no tecido social.

Os anos 1930 são fundamentais na história política do Brasil. Em 1º de março de 1930 foram realizadas as eleições para presidente da República que deram a vitória ao candidato governista, que era o governador do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Porém, ele não tomou posse, em virtude do golpe de estado desencadeado a 3 de outubro de 1930, e foi exilado. Getúlio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório, chegando ao poder, em 3 de novembro de 1930. É um período de efervescência política, o movimento sindical está em ascensão e os sindicatos são organizados pelos militantes do Partido Comunista, formados no discurso ideologizado e sectário da frente única.

Nos estados do Nordeste os trabalhadores simpatizaram com o Movimento de 1930. Mesmo não se oficializando uma posição partidária, sabe-se que importantes lideranças e dirigentes locais do PCB chegaram a participar do movimento. Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do PCB depois da vitória, integraria a equipe do interventor Carlos Lima Cavalcanti, em Pernambuco.

Em março de 1935, a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) inaugurou um período singular em nossa história. Um inédito processo de mobilização reuniu tenentes, comunistas, socialistas, democratas e liberais. Para a ANL também convergiram setores da classe média, estudantes e trabalhadores. As consignas Deus, Pátria, Família e Terra, Trabalho e Liberdade contrapunham integralistas e comunistas.

O que há de novo no Nordeste pós 1930 é a presença dos trabalhadores na cena pública. Para além das demandas pelos direitos sociais, seus pleitos ganham um conteúdo simbólico mais profundo do que poderia expressar aumento de salários ou respeito à lei de férias. Numa sociedade com o nível de exploração social e de exclusão política como a nordestina, os trabalhadores manifestarem suas vontades recorrendo ao exercício do direito de participação e, portanto, de cidadania, era muito mais do que uma novidade, era quase uma revolução.

O movimento operário visualiza naquela conjuntura de crise econômica e política o momento adequado para se rearticular em duas frentes: de um lado, intensificando o processo organizativo, pela constituição de novas entidades e retomada das antigas, junto a uma postura mais incisiva no debate sobre suas condições de vida e trabalho. É um período de muitas greves, em particular no ano de 1932, motivadas principalmente pela resistência do empresariado em acatar a legislação social proposta pelo novo governo.

Nesse período, o Partido Comunista penetra com mais vigor entre os assalariados urbanos do Nordeste, viabilizando, inclusive, a formação de chapas próprias para disputas nos processos eleitorais. Não apenas em Pernambuco, com uma tradição política anterior, mas também nos demais Estados e cidades do interior, a grande novidade política é a presença do partido e a atração que exerce sobre os setores

urbanos; gesta-se uma cultura política extremamente ideologizada, que tem na perspectiva de uma transformação revolucionária o objetivo para onde confluem todas as lutas cotidianas.

3. MOVIMENTO TENENTISTA

A Primeira Guerra Mundial colocou na ordem do dia a questão da defesa nacional. O governo e setores da sociedade começaram então a dar maior atenção às Forças Armadas. Algumas medidas concretas de modernização foram adotadas: o recrutamento universal e a vinda da Missão Francesa para melhor formar os oficiais brasileiros.

Só que, no começo dos anos 1920, a situação continuava desalentadora no Exército. Faltava de tudo: armamento, cavalos, medicamentos, instrução para a tropa. Os oficiais brasileiros se ressentiam de uma política mais eficaz e mostravam-se descontentes com a nomeação do civil Pandiá Calógeras para o Ministério da Guerra pelo presidente Epitácio Pessoa. Os soldos permaneciam baixos e o governo não fazia menção de aumentá-los.

Esta situação afetava particularmente os tenentes. Havia um grande número deles, e as promoções eram muito lentas. Um segundo-tenente podia demorar dez anos para alcançar a patente de capitão.

Entre os militares, a jovem oficialidade iniciara, em 1922, o movimento que seria conhecido como Tenentismo, expresso através de sublevações, cuja maior façanha foi a formação da Coluna Prestes, que em 1926 atravessou o país. Nesse tempo, as classes médias urbanas eram impedidas de participar da cena política, monopolizada pela presença e alternância das oligarquias.

Havia muita inquietação diante das seguidas rebeliões protagonizadas pelos militares. A década de 1920 revelaria, em alguns julhos, acontecimentos surpreendentes: do julho de 1922, do Forte de Copacabana, ao julho de 1930, do assassinato de João Pessoa, passando pelo julho de 1926, da Coluna Prestes, temos fatos inesperados regendo o compasso da História.

Foi nesse quadro de crescente insatisfação, com as condições do Exército e com a política do governo, que eclodiram diversos levantes militares. A presença significativa de tenentes na condução desses movimentos deu origem ao termo "tenentismo". Os principais movimentos tenentistas da década de 1920 foram os 18 do Forte, os levantes de 1924, e a Coluna Prestes.

O principal objetivo dos tenentes era derrubar o governo. Mas que tipo de governo desejavam implantar no país? Em suas formulações percebe-se que nem eles mesmos sabiam muito bem o que queriam. Eram pródigos na ação e na crítica mas econômicos na proposição. Não havia um programa muito claro, apenas algumas ideias gerais. Eram homens formados na caserna. Suas formulações derivavam principalmente dessa situação. Acreditavam que sua ação era parte de uma missão que salvaria o país.

As propostas políticas dos tenentes de uma maneira geral se vinculavam ao clima do pós-Primeira Guerra Mundial, marcado pelo avanço do nacionalismo e da centralização política. Nesse ponto, eles assumiam bandeiras de luta próximas às das oligarquias regionais que se opunham ao predomínio de Minas Gerais e São Paulo.

Entre outras reformas, defendiam o voto secreto, a independência do Poder Judiciário e um Estado mais forte.

Os movimentos tenentistas foram combatidos por outras correntes no interior do Exército que defendiam a legalidade e a profissionalização. Muitos oficiais continuavam descontentes com o governo federal, que não fazia muita coisa para alterar a situação geral da instituição, mas achavam que os métodos de ação dos tenentes dividiam e enfraqueciam o Exército. Entre meados da década de 1920 e o início dos anos 1930, foi tomando corpo uma proposta que concebia a intervenção na vida política do país como algo que deveria ser feito não por um grupo ou facção, mas pela própria instituição militar, representada pelo seu estado-maior. Seus principais formuladores foram Bertoldo Klinger e o tenente-coronel Góes Monteiro. Segundo essa concepção, o Exército e a Marinha, como instituições nacionais, tinham o dever de intervir na vida política brasileira em caso de grave ameaça à organização nacional.

Muitos tenentes, devido às perseguições, se exilaram. E no exílio, se dividiram. Luís Carlos Prestes, principal líder da Coluna Prestes, aderiu ao socialismo e afastou-se de vários de seus antigos companheiros que no final da década 1920 retornaram ao Brasil animados com a possibilidade de promover um novo levante armado. Para eles, a hora da revolução havia chegado. Em 1930, os ânimos estavam exaltados nos meios políticos e nos quartéis. A conspiração ganhou corpo no decorrer daquele ano, contando com o apoio de lideranças civis e militares, entre eles Góes Monteiro, interessadas em reservar para o Exército uma situação de maior importância no futuro governo. Os tenentes, mesmo divididos, tiveram um papel fundamental tanto na preparação como na direção do movimento armado que culminou com o golpe de Estado que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs um governo provisório composto de militares. Assim, Getúlio Vargas assumiu a chefia do —Governo Provisório em 3 de novembro de 1930. A partir daí, subiram de posto e chegaram ao poder. O caminho agora estava aberto para reformar o país.

Em meados de 1930, o Movimento Tenentista dividiu-se. De um lado ficou o líder da Coluna, Luís Carlos Prestes, e parte do Movimento Tenentista que aderira ao comunismo. De outro, o grupo tenentista que optou pelo integralismo. Esta divisão refletia a disputa que se travava no plano internacional entre comunistas e nazi-fascistas.

4. COLUNA PRESTES

Formada a 1ª Divisão Revolucionária, assumiu seu comando o general comissionado Miguel Costa, tendo como chefe de estado-maior o coronel comissionado Luís Carlos Prestes. Estava formada aquela que ficaria conhecida como Coluna Miguel Costa-Prestes ou simplesmente Coluna Prestes.

A coluna era composta de quatro destacamentos, comandados por Cordeiro de Farias, João Alberto, Siqueira Campos e Djalma Dutra, que foi promovido a coronel pelo comando revolucionário. Decidiu-se também na reunião que o general Isidoro partiria para a Argentina, onde deveria coordenar a ação dos revolucionários exilados ou inativos no sul do país.

Iniciando a marcha, a coluna concluiu a travessia do rio Paraná em fins de abril de 1925 e penetrou no Paraguai rumo a Mato Grosso. Em seguida, percorreu Goiás, entrou em Minas Gerais e retornou a Goiás. Seguiu em direção ao Nordeste e, em novembro, atingiu o Maranhão, onde o tenente-coronel Paulo Krüger foi preso e enviado a São Luís. Em dezembro, penetrou no Piauí e travou em Teresina sério combate com as forças do governo. Rumando então para o Ceará, a coluna teve outra baixa importante: na serra da Ibiapaba, Juarez Távora foi capturado.

Em janeiro de 1926, a coluna atravessou o Ceará, chegou ao Rio Grande do Norte e, em fevereiro, invadiu a Paraíba, enfrentando na vila de Piancó séria resistência comandada pelo padre Aristides Ferreira da Cruz, líder político local. Após ferrenhos combates, a vila acabou ocupada pelos revolucionários.

Prosseguindo a marcha rumo ao sul, a coluna atravessou Pernambuco e Bahia e dirigiu-se para o norte de Minas Gerais. Encontrando vigorosa reação legalista e precisando remuniciar-se, o comando da coluna decidiu interromper a marcha para o sul e, em manobra conhecida como "laço húngaro", retornar ao Nordeste através da Bahia. Cruzou o Piauí, alcançou Goiás e finalmente chegou de volta a Mato Grosso em outubro de 1926. Àquela altura, o estado-maior revolucionário decidiu enviar Lourenço Moreira Lima e Djalma Dutra à Argentina, para consultar o general Isidoro Dias Lopes quanto ao futuro da coluna: continuar a luta ou rumar para o exílio.

Entre fevereiro e março de 1927, afinal, após uma penosa travessia do Pantanal, parte da coluna, comandada por Siqueira Campos, chegou ao Paraguai, enquanto o restante ingressou na Bolívia, onde encontrou Lourenço Moreira Lima, que retornava da Argentina. Tendo em vista as condições precárias da coluna e as instruções de Isidoro, os revolucionários decidiram exilar-se. Durante sua marcha de quase dois anos, haviam percorrido cerca de 25.000 quilômetros.

Miguel Costa seguiu para Libres, na Argentina, enquanto Prestes e mais duzentos homens rumaram para Gaiba, na Bolívia, onde trabalharam por algum tempo para uma companhia inglesa, a Bolívia Concessions Limited. Em 5 de julho de 1927, os exilados inauguraram em Gaiba um monumento em homenagem aos mortos da campanha da coluna. Instadas pelos protestos do governo brasileiro, autoridades bolivianas tentaram destruir o monumento, mas foram impedidas de fazê-lo ante a atitude enérgica de Luís Carlos Prestes.

Luís Carlos Prestes foi aclamado presidente de honra da ANL. A entidade defendia um programa nacionalista de reformas sociais, econômicas e políticas, que incluía a reforma agrária. Aproveitando o apoio da sociedade à causa antifascista, Prestes lançou, em julho de 1935, um manifesto pedindo a renúncia de Vargas. Em represália, o governo decretou a ilegalidade da ANL, o que provocou a insatisfação e a revolta das pessoas a ela filiadas.

Entre os diversos grupos há a percepção de que algo poderia ser alterado na sociedade, com reflexos imediatos em suas vidas. Da parte da fração organizada dos trabalhadores, esta expectativa contribui para a emergência de um movimento intenso de mobilizações, reivindicações, greves. São iniciativas que externam para a sociedade sua intenção de interferir de algum modo no processo político. Nossa compreensão é de que os diversos elementos de uma conjuntura de crise, especialmente a luta que se

desenrolava no campo da regulamentação do mercado de trabalho, eram utilizados pelos trabalhadores como ponte para o exercício da cidadania política.

5. OLGA BENARIO PRESTES

Olga Gutmann Benário — que em sua atuação política usou os nomes de Olga Sinek, Eva Kruger, Maria Bergner Vilar, Olga Vilar, Ivone Vilar, Olga Meireles e Maria Prestes — nasceu em Munique, na Alemanha, em 1908, oriunda de uma família de judeus de classe média.

Membro do Partido Comunista Alemão, de 1926 a 1928 trabalhou na legação comercial da União Soviética, em Berlim, então capital da Alemanha. Em outubro de 1926, foi presa e processada por suas atividades políticas, sendo acusada de praticar crimes contra o Estado e a forma republicana de governo. Dois meses depois foi solta. Em 11 de abril de 1928, chefiou o grupo de assalto armado que retirou Otto Braun, líder comunista com quem vivia, da prisão. Em seguida viajou com Otto para Moscou, adotando nessa ocasião o nome de Olga Sinek, codinome que usou durante toda a sua estada na União Soviética. Em 1931, participou da Comissão Executiva da Juventude, em Paris, viajando com o nome de Eva Kruger. Ao voltar a Moscou, foi indicada para o Presidium do V Congresso da Juventude Comunista Internacional, realizado naquela capital.

Em 1934, Luís Carlos Prestes, revolucionário brasileiro que vivia na União Soviética desde 1931, foi designado para liderar um movimento revolucionário no Brasil, aí desembarcando em 11 de abril de 1935, com o nome de Antônio Vilar, cidadão português que viajava na companhia de sua esposa, Maria Bergner Vilar. Na verdade, sua mulher era Olga Benário, que fora enviada ao Brasil com a missão de cuidar da segurança de Prestes. Os dois se conheceram durante a viagem. De acordo com William Waack, em seu livro sobre os arquivos de Moscou, Olga era agente do serviço secreto militar soviético e fora recrutada em 1932 pelo IV Departamento do Estado-Maior do Exército Vermelho para exercer espionagem militar no estrangeiro.

Nessa ocasião, outros representantes do movimento comunista internacional, entre os quais o alemão Arthur Ernst Ewert, conhecido como Harry Berger, o argentino Rodolfo Ghioldi, Léon Jules Vallée e o norte-americano Victor Alan Baron já se encontravam no Brasil, enviados pelo Komintern para preparar uma revolução popular no país. Com esse objetivo, o PCB organizou e assumiu a liderança da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente antifascista e antiimperialista criada em março de 1935. Embora mantendo-se na clandestinidade ao lado de Prestes, Olga Benário participou ativamente da articulação e direção do movimento revolucionário, que culminaria com o levante de novembro de 1935.

Segundo depoimento de Maria Moraes Werneck de Castro ao jornal *Voz da Unidade* em 1981, alguns dias depois da prisão de Olga, como ela —estava sentindo muitas dores e como praticamente não existia atendimento adequado, os presos fizeram um movimento para que ela fosse atendida e firmaram um acordo com as autoridades carcerárias para que fosse transportada a um hospital. No entanto, como relata Graciliano Ramos em seu livro *Memórias do cárcere*, —percebemos que Olga Prestes e Elisa Berger iam ser entregues à Gestapo... As mulheres resistiam, e perto os homens se

desmandavam em terrível barulho. Tinham recebido aviso e daí o furioso protestoll. Assim, tal como sua companheira, em setembro de 1936 Olga Benário foi retirada da prisão e deportada para a Alemanha.

Mesmo grávida, foi entregue à Gestapo, polícia política nazista. Aí, numa prisão de mulheres em Berlim, nasceu, em novembro, sua filha, Anita Leocádia Prestes.

Após o resgate da sua filha Anita pela avó paterna, dona Leocádia, em janeiro de 1938, Olga Benário foi transferida para várias prisões e campos de concentração. Morreu numa câmara de gás no campo de concentração de Bernburg na Alemanha, em abril de 1942.

Sua filha, Anita Leocádia Prestes, chegaria a pertencer na década de 1970 ao comitê central do Partido Comunista Brasileiro - PCB.

Sobre sua vida foi publicada na República Democrática Alemã a obra Olga Benário. Die Geschichteeines Tapferen Lebens, de autoria de Ruth Werner. No Brasil, foi publicado o livro Olga, de Fernando Morais.

6. REVOLUÇÃO COMUNISTA

Em março de 1935 foi criada no Brasil a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização política cujo presidente de honra era o líder comunista Luís Carlos Prestes. Inspirada no modelo das frentes populares que surgiram na Europa para impedir o avanço do nazifascismo, a ANL defendia propostas nacionalistas e tinha como uma de suas bandeiras a luta pela reforma agrária. Embora liderada pelos comunistas, conseguiu congregiar os mais diversos setores da sociedade e rapidamente tornou-se um movimento de massas. Muitos militares, católicos, socialistas e liberais, desiludidos com o rumo do processo político iniciado em 1930, quando Getúlio Vargas, pela força das armas, assumiu a presidência da República, aderiram ao movimento.

Com sedes espalhadas em diversas cidades do país e contando com a adesão de milhares de simpatizantes, em julho de 1935, apenas alguns meses após sua criação, a ANL foi posta na ilegalidade. Ainda que a dificuldade para mobilizar adeptos tenha aumentado, mesmo na ilegalidade a ANL continuou realizando comícios e divulgando boletins contra o governo. Em agosto, a organização intensificou os preparativos para um movimento armado com o objetivo de derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular chefiado por Luís Carlos Prestes. Iniciado com levantes militares em várias regiões, o movimento deveria contar com o apoio do operariado, que desencadearia greves em todo o território nacional.

O primeiro levante militar foi deflagrado no dia 23 de novembro de 1935, na cidade de Natal, no 21º BC. O movimento pôs o governador Rafael Fernandes e demais autoridades em fuga. Assumiu o poder uma Junta Provisória composta por Quintino Clementino Barros, Lauro Lago, José Macedo, João Galvão, José Praxedes e João Lopes. Como primeira medida, a junta apresentou decreto destituindo o governador e a Assembléia Legislativa. Foi publicado também o jornal revolucionário *A Liberdade*. O título-exortação do artigo principal diz bem da inspiração do movimento: "Delenda, Fascismo!"

Em Recife, no dia seguinte, rebelaram-se duas unidades militares, recebendo a adesão de trabalhadores, mas sendo logo dominadas. Três dias depois, no Rio de

Janeiro, sublevou-se 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, e a Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos. Dois batalhões, sob o comando do capitão Agildo Barata, tentaram sair às ruas, mas foram dominados. A discrepância das datas permanece um enigma em meio às versões disponíveis.

Sem contar com a adesão do operariado e restrita às três cidades, a rebelião foi rápida e violentamente debelada. Desencadeando uma violenta reação por parte do governo, a Revolta Comunista foi rapidamente reprimida. Olga Benário e Prestes permaneceram escondidos durante quase quatro meses, até que, após intensas buscas, o casal foi preso pela polícia política numa casa situada na rua Honório, nº 279, no subúrbio carioca do Méier. À tarde desse mesmo dia, Olga foi conduzida ao cartório da Delegacia Auxiliar, onde prestou depoimento, assumindo sua condição de mulher de Prestes, mas se recusando a fornecer quaisquer outras informações para não comprometer seu marido. Grávida, ficou presa nas dependências da Segurança Pública durante algum tempo e, em seguida, foi transferida para o pavilhão dos primários do presídio da rua Frei Caneca. A partir daí, uma forte repressão se abateu não só contra os comunistas, mas contra todos os opositores do governo. Milhares de pessoas foram presas em todo o país, inclusive deputados, senadores e até mesmo o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto Batista.

Em resposta às tentativas de rebelião, Vargas decretou estado de sítio e fechou o Congresso em 10 de novembro de 1937. As eleições foram suspensas, a Constituição de 1934 foi anulada, partidos políticos foram proibidos, e rádios e jornais foram censurados. A partir daí, rebeldes e simpatizantes foram caçados, perseguidos, presos, torturados, mortos. Prestes ficou na prisão até 1945. Gregório Bezerra, Graciliano Ramos, e muitos trabalhadores norte-rio-grandenses foram levados presos para Fernando de Noronha, fatos immortalizados pelo próprio Graciliano Ramos nos dois volumes do seu livro *Memórias do Cárcere*.

O ponto comum aos três movimentos é a participação determinante do Partido Comunista, mesmo que jamais assumida oficialmente pelo partido. Olhados com olhos de hoje, pode soar voluntarista um movimento com aquelas características. Ele só pode ser compreendido no contexto de intensa agitação social, rebeldia dos militares e presença ativa do Partido Comunista Brasileiro. Fundado em 1922, o PCB encontra-se fortalecido pela participação nas eleições de 1928 que lhe deu grande penetração no proletariado urbano através dos sindicatos. Os movimentos sociais ocupam a cena e as greves de trabalhadores urbanos desafiam o Governo Vargas.

A explicação para estes eventos incomuns está relacionada à cultura de rebelião que vinha se formando desde os anos 1920, com a participação do Tenentismo, do qual a Coluna Prestes é exemplar. Nos anos 1930, a Aliança Liberal protagonizou uma inédita mobilização em todo o Nordeste, atraindo setores de uma classe média emergente e os trabalhadores organizados em sindicatos, para seus comícios. Militantes do Partido Comunista também assumiram o ideário liberal, mesmo que seus dirigentes não tenham aderido oficialmente.

7. TEORIA GERAL DO ESTADO

O Poder Constituinte Originário é aquele poder que não se subordina a nenhum outro. Assim, o Poder Constituinte revolucionário é o poder que impõe ou outorga uma Constituição.

No modo clássico, o povo delega tal poder a um grupo de pessoas por ele escolhidas – é a Assembleia Nacional Constituinte – que, elaborando a Lei Maior, promulga o seu texto. Esclareça-se que promulgar significa certificar e, promulgando a Constituição, a Assembleia Nacional Constituinte certifica que aquela é a vontade do povo.

O povo é o titular do Poder Constituinte, mas o exercício desse poder cabe aos delegados por ele escolhidos.

A mudança violenta da ordem jurídica se faz pela revolução, sem obediência aos padrões até então vigentes para as alterações.

Dessa forma, o Poder revolucionário investe-se no exercício do Poder Constituinte, legitimando-se (ou melhor – legalizando-se) por si mesmo, podendo editar normas jurídicas sem que nisto seja limitado pela normatividade anterior à sua vitória, pois exerce o Poder Constituinte de que o povo é o único titular. Daí porque o Poder revolucionário outorga (impõe uma nova ordem jurídica).

A revolução seria a mudança da ordem jurídica, enquanto o golpe de Estado é a alteração simples na ocupação do poder, sem que se alterassem as regras (veja-se o verbete ‘Revolução’ elaborado por Gianfranco Pasquino, no dicionário de Política, por Norberto Bobbio *et al.*, p. 1.121).

A distinção entre revolução e golpe de Estado é uma distinção que foge ao campo jurídico, devendo ser notado que disse alguém, acertadamente, que a diferença entre o subversivo e o revolucionário é que o segundo foi o vencedor.

É importante ressaltar que nem toda a manifestação do Poder Constituinte originário implica, necessariamente, quebra da legalidade preestabelecida (ou mesmo sinérgica substituição da mesma), conquanto o exercício do Poder Constituinte criador pode, excepcionalmente, estabelecer uma nova ordem constitucional respeitando as regras vigentes, ainda que, de nenhuma forma, tenha que assim se conduzir.

Por outro prisma, a manifestação do Poder Constituinte originário caracteriza-se sempre na renovação plena da organização política estatal fundada necessariamente na liberdade natural inerente ao homem, independentemente da normatização prevista na Constituição anterior (caso existente), e, nesse aspecto, há sempre a possibilidade de radical rompimento com as anteriores amarras da legalidade no sentido amplo, o que, neste caso somente poderia ser efetivado através da revolução comunista.

O que mais se conforma com a doutrina democrática contemporânea é um procedimento de exercício do Poder Constituinte que permita o funcionamento de uma assembleia representativa, convocada para esse efeito e que logo someta a aprovação dessas normas a um referendo popular.

A forma típica do exercício do Poder Constituinte, sugerida com o constitucionalismo americano e europeu, é a Convenção ou Assembleia Constituinte. Tem fundamento na ideologia democrática, em que o povo é o titular do Poder Constituinte e o delega a representantes especialmente eleitos.

8. DIREITO CONSTITUCIONAL

Na promulgação da Constituição de 1934, o Brasil realizou nova Assembleia Constituinte, instalada em novembro de 1933. Ela preservou a essência do modelo liberal da Constituição anterior, de 1891.

Quase todas as constituições brasileiras tiveram inspiração estrangeira, de algum país que seguisse o modelo que se quisesse adotar na época. A Constituição de 1934 inspirava-se na Constituição de Weimar alemã.

A crítica que o próprio governo fazia à Constituição de 1934, é de que ela, sendo liberal demais, não permitia adequado combate à subversão.

Dessa forma, mudou-se o enfoque da democracia individualista para a democracia social. Essa Constituição sofreu três emendas em dezembro de 1935, destinadas a reforçar a segurança do Estado e as atribuições do Poder Executivo, para coibir, segundo o texto, "movimento subversivo das instituições políticas e sociais". Foi a Constituição que vigorou por menos tempo no Brasil: apenas três anos.

Ela atendeu aos interesses dos antigos tenentistas e nacionalistas, na medida em que promoveu a modernização das instituições sociais (prevendo, por exemplo, a nacionalização de empresas estrangeiras quando "necessário"); aos interesses da oligarquia, que continuou presente e ativa, principalmente em São Paulo e Minas Gerais; e até aos interesses dos integralistas, quando estabelecia organizações sindicais subordinadas diretamente ao governo.

No geral, porém, não diferiu muito de sua antecessora, a Constituição de 1891, já que manteve o Brasil como uma república democrática, liberal e federativa. Se teria sido boa para os interesses da nação e funcional para o sistema político do País, isso só o tempo poderia dizer e, para a Constituição de 1934, o tempo foi ligeiro.

Portanto, entendemos que o governo do presidente Getúlio Vargas agia amparado nas Emendas à Constituição de 1934 destinadas a reforçar a segurança do Estado e as atribuições do Poder Executivo, para coibir, segundo o texto, —movimento subversivo das instituições políticas e sociais. E utilizando-se da soberania como um dos fundamentos da República.

Além do mais, o governo reprimiu a revolta comunista em 1935 aproveitando-se dos poderes conferidos pela Lei de Segurança Nacional, Lei 38 de 4 de abril de 1935, que é um documento legal que os países instituem para regular as regras relativas à segurança nacional, a ordem e contra distúrbios sociais em seus territórios. A fim de garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir contra grupos seccionistas e também contra seus apoiadores e patrocinadores tanto internos como externos, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

Posto isso, entendemos que o Estado brasileiro apesar de estar amparado pela ordem jurídica não agiu totalmente dentro da legalidade. Pois, embora estivesse amparado pela Lei Maior, bem como pela Lei de Segurança Nacional o governo usava de violência e cometia abuso de poder e de autoridade. Tendo em vista relatos de perseguições políticas, prisões arbitrárias e tortura para extrair informações dos

militantes ou subversivos. Além de ter assassinado, inclusive, muitos militantes e outros que escaparam foram exilados.

9. COMO CASOS SEMELHANTES FORAM TRATADOS

Depois da Primeira Guerra Mundial, observou-se no Chile, assim como em outros países latino-americanos, uma ascensão do movimento revolucionário, sob a influência direta da Revolução Russa de 1917. Em 1919, estendeu-se por todo o país uma tempestuosa onda de manifestações grevistas e agitações camponesas.

Elementos proletários se afastaram do Partido Democrático Chileno e formaram o Partido Socialista, que saudou a Grande Revolução de Outubro na Rússia e se solidarizou com os seus ideais. Em 1921, o Partido Socialista se reorganizou e se transformou no Partido Comunista do Chile, que, na luta pela influência sobre as massas, superou as tendências pequeno-burguesas vigentes em seu meio.

Monteiro, um dos presidentes mais reacionários do Chile, subiu ao poder em 1931 nas condições de uma profunda crise econômica.

Elevou-se uma poderosa onda de descontentamento popular. As tendências revolucionárias se apoderaram não só da cidade, mas começaram a penetrar no campo, no exército e na frota. Comícios e manifestações eram realizados quase ininterruptamente nas ruas da capital; o Partido Comunista saiu da ilegalidade.

Em setembro de 1931, explodiu um levante que abrangeu uma parte considerável dos soldados da marinha chilena. A tentativa feita pelo governo de diminuir os soldos dos marinheiros, em consequência da difícil situação financeira do país, foi a causa direta do levante. Os marujos desarmaram e prenderam os oficiais, elegeram o estado-maior e, em determinados navios, criaram-se os comitês de marinheiros. Bandeiras vermelhas foram içadas nos navios.

Em diferentes distritos do país surgiram agitações em destacamentos de infantaria e em unidades de aviação.

O Partido Comunista do Chile dirigiu-se às massas trabalhadoras apelando para que apoiassem os marinheiros, mas não se achava praticamente preparado para organizar e chefiar as manifestações revolucionárias dos operários, dos camponeses, dos soldados e marinheiros. Os dirigentes do levante, não possuindo nenhuma experiência política, não manifestavam a decisão suficiente na luta contra o governo. Este conseguiu em breve sufocar os levantes isolados nos destacamentos de terra. Em 6 de setembro a aviação governista teve ordem de bombardear navios insurrectos. Apesar da resistência heroica e da firmeza dos marujos, o levante foi sufocado. Começaram então as greves políticas de massas e as manifestações de rua e se intensificou o movimento camponês. Houve choques armados entre os manifestantes e a polícia. Surgiram novos levantes em determinados destacamentos militares. Embora os comunistas tivessem representado um grande papel no movimento de 1931-1932, este foi, no fundamental dirigido por elementos democráticos pequeno-burgueses, chefiados pelo coronel do exército chileno Grove que se denominava socialista, embora na realidade a sua política não tivesse nada de socialista.

Os operários, a pequena burguesia urbana e a parte avançada dos estudantes e da intelectualidade se manifestaram em junho de 1932 acompanhando levante da guarnição da capital. Criou-se na capital um Soviet (conselho) de deputados operários. Em substituição ao governo Monteiro e na crista deste grande movimento popular subiu ao poder o governo de Grove que, levando em conta a grande influência do país do socialismo na consciência das massas populares, proclamou o Chile como república socialista. Durante o curto tempo de sua permanência no poder o governo de Grove realizou uma política relativamente progressista que revelava tendências democráticas e

em parte anti-imperialistas e por isso foi acolhido com simpatia pelas massas populares. Esta política era realizada, porém, de maneira extremamente inconsequente e indecisa. O governo de Grove não armou os operários como estes exigiam e não afastou inimigos jurados do povo — os funcionários e os oficiais reacionários — do aparelho estatal e do exército. Não obstante funcionaram no Chile Soviets de deputados operários, nos quais o Partido Comunista do Chile representava o papel dirigente, fizeram-se tentativas de se criar também Soviets de camponeses. Permitiu-se, dessa forma, a liberdade de atividades políticas para as diferentes organizações das massas trabalhadoras.

Os acontecimentos do Chile provocaram ansiedade entre todos os imperialistas. Os cruzadores ingleses e norte-americanos receberam ordem de partir para as águas do Chile.

Duas semanas após a sua subida ao poder o governo —socialista de Grove foi derrubado pelas forças reacionárias do país que contavam com o apoio e a ativa ajuda dos imperialistas estrangeiros. Os Soviets foram dissolvidos e a resistência dos operários cruelmente sufocada.

Apesar de todas as repressões continuava a se desenvolver no Chile um poderoso movimento contra a reação e o imperialismo - Capitalismo. O Partido Comunista lutava com êxito pela influência entre as massas e pela criação de uma frente única popular. O professor Aguirre Cerda, candidato da Frente Popular, foi eleito presidente do Chile nas eleições de 1938, numa situação de tempestuosa ascensão do movimento de massas. Este governo, porém, igualmente não soube desenvolver uma luta séria contra a reação interna e não pôs em prática as medidas anti-imperialistas que as massas trabalhadoras exigiam.

O Pleno do Comitê Central do Partido Comunista do Chile realizado em 1940 constatou que —entre o programa prometido de melhoramento da situação do povo e a realidade se formou um grande abismo. O medo dos círculos governamentais em face das massas populares os conduziu à reconciliação com os inimigos do povo. As forças unificadas da reação não tendo encontrado resistência entre os círculos governantes, levantam a cabeça.

Nos anos subsequentes a reação no Chile, à cuja frente se encontra Gonzalez Videla, inspirada e apoiada pelo imperialismo dos Estados Unidos, se tornou tão desenfreada que em 1947 decidiu romper relações diplomáticas com a União Soviética e realizou uma ofensiva feroz contra o Partido Comunista e as forças democráticas do país.

10. CONSTITUIÇÃO DO CHILE

A Constituição da República do Chile de 1925 esteve em vigor entre 18 de outubro de 1925 e 11 de março de 1981. Foi aprovada em um plebiscito realizado em 30 de agosto de 1925 e promulgada em 18 de setembro do mesmo ano. Entrou em vigor em 18 de outubro de 1925 e foi alterada em 1943, 1957, 1959, 1963, 1967, 1970 e 1971. Sua aplicação foi parcialmente suspensa por conta do golpe de 11 de setembro de 1973, sendo modificada e revogada em parte por decretos, até a substituição completa pela Constituição de 1980, estritamente falando desde março de 1981.

Seu texto original continha 110 artigos e 10 disposições transitorias. No dia 11 de setembro de 1973, tinha 113 artigos e 18 disposições transitorias.

Essa Constituição foi caracterizada pelo sistema presidencial implantado depois de mais de três décadas de regime pseudoparlamentarista. Em sua redação, interveio uma comissão nomeada e dirigida pelo presidente Arturo Alessandri Palma, com base num projeto elaborado por seu ministro José Maza.

A Constituição de 1925 estabeleceu que o Estado do Chile é unitário, que seu governo seria o representante republicano e democrático. A soberania reside essencialmente na nação, que delega o seu exercício às autoridades estabelecidas pela Constituição.

Portanto, entendemos que o Estado, por meio do presidente da república chilena Arturo Alessandri Palma reprimiu o levante socialista amparado pela Constituição de 1925 que protegia o Estado, o governo e a Soberania. Além de estabelecer o Presidente como chefe de Estado e de governo, dando-lhe muitos poderes.

Por outro lado, entendemos que a repressão do governo à revolta socialista chilena contava com o apoio dos Estados Unidos e não justificava o uso da força ou violência por parte do Estado contra os seus nacionais.

11. CRÍTICA

Em nossa modesta opinião, o que o governo e os militares fizeram em face da revolta comunista brasileira de 1935 foi mais precisamente uma contrarrevolução, ou seja, um movimento armado que quebra um movimento político para frear uma revolução socialista e impor não um regime liberal, mas um regime autocrático de rígido controle estatal, servido por uma tecnocracia irresponsável perante a nação, mas obediente ao poder absoluto dos donos do poder.

A rebelião comunista deixou marcas decisivas na cena política brasileira. O conflito opondo comunismo e anticomunismo forneceu bases políticas e sociais para a forte tradição anticomunista em nossa sociedade. A insurreição serviu como pretexto para o pensamento conservador atribuir uma vocação golpista e antidemocrática às esquerdas. A difusão do preconceito anticomunista gerou o distanciamento entre a esquerda organizada e a população e alimentou o ideário conservador antimudanças e antipovo. O conjunto de representações sobre esses eventos originou um vigoroso imaginário anticomunista, que desde então pontua negativamente o espaço da política, especialmente por ocasião das campanhas eleitorais.

A despeito de seu fracasso, a chamada revolta comunista forneceu forte pretexto para o fechamento do regime. Depois de novembro de 1935, o Congresso passou a aprovar uma série de medidas que cerceavam seu próprio poder, enquanto o Executivo ganhava poderes de repressão praticamente ilimitados. Esse processo culminou com o golpe de estado de 10 de novembro de 1937, que fechou o Congresso, cancelou eleições e manteve Getúlio Vargas no poder. Instituiu-se assim uma ditadura no país, o chamado Estado Novo, que se estendeu até 1945.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entendemos que esses polêmicos acontecimentos situam-se num tempo de disputa política, tempo de luta pelo socialismo, tempo de utopias e de entrega a um ideal. Tempo de uma cidadania em gestação que trouxe para a cena pública as pessoas comuns, trabalhadores empenhados na busca de um projeto de país. Os revolucionários de 1935 têm a seu favor o inconformismo e a rebeldia diante das injustiças sociais e a indignação frente a uma sociedade que continuava a reproduzir a casa-grande e a senzala: de um lado os donos do poder, que tudo tinham e tudo podiam,

e de outro o povo, miserável, os sem-nada: sem trabalho, sem pão, sem terra, sem saúde, sem educação, sem lazer, e sem perspectiva de uma vida digna.

Idealista, revolucionária e comunista, Olga Benário Prestes pagou com a vida o preço de lutar por seus ideais. Sua intensa história, contada de forma completa na biografia "Olga" (Companhia das Letras, 1993), tornou-se um dos maiores best-sellers recentes do mercado editorial brasileiro. O livro foi publicado em mais de 15 países e deu origem ao filme de mesmo nome, que levou milhões aos cinemas.

O jornalista e escritor Fernando Moraes dedicou-se por três anos à obra, buscando documentos na ex-Alemanha Oriental, na Inglaterra e entrevistando todos os personagens relevantes envolvidos na história. Olga viajou o mundo pregando e arregimentando pessoas para lutar contra o nazismo e o fascismo. Mulher do fundador do PCB Luiz Carlos Prestes, foi presa pelo governo de Getúlio Vargas e entregue ilegalmente à polícia secreta alemã. Ilegalmente porque estava gestante de uma filha brasileira, fruto do relacionamento com o brasileiro Luís Carlos Prestes. Além de ser oriunda de uma família de judeus – inimigos declarados do nazista Adolf Hitler. E o governo de Vargas se aproveitara desse caso para alinhar-se à política do governo ditador alemão.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 02 julho 2017.

CONSTITUIÇÃO Política da República do Chile de 1925. Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Constitución_Politica_de_la_República_de_Chile_de_1925>. Acesso em: 03 julho 2017.

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil -, Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. **Revolta Comunista**. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>>. Acesso em: 04 julho 2017.

MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo, SP: Círculo do Livro, 1989. 332p.

FRIEDE, Reis. **Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado** - 3.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.